



RELATÓRIO E CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2025

CONSELHO PORTUGUÊS PARA OS REFUGIADOS (CPR)



Índice

1. Enquadramento Geral	2
2. Notas às Demonstrações Financeiras	7
3. Anexos	21



RELATÓRIO E CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2025

CONSELHO PORTUGUÊS PARA OS REFUGIADOS (CPR)

Nos termos das disposições legais e estatutárias, vem a Direção do Conselho Português para os Refugiados (CPR) apresentar o **Relatório de Contas** relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

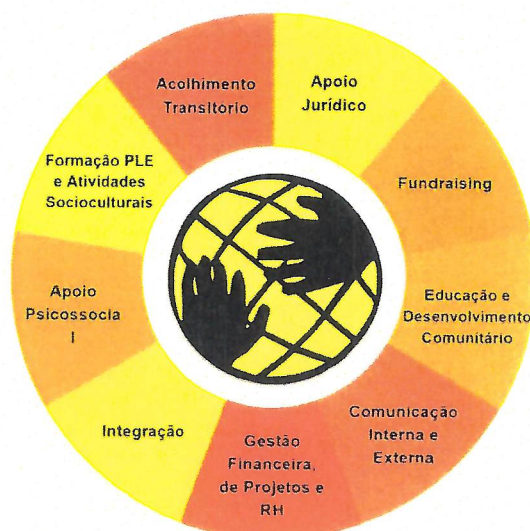
ENQUADRAMENTO GERAL

Criado em 1991, o Conselho Português para os Refugiados (CPR) é uma ONGD sem fins lucrativos, independente, experiente e dinâmica, permanecendo uma entidade de referência. Parceiro operacional do ACNUR, o CPR é reconhecido pela Lei do Asilo no âmbito do sistema de asilo nacional.

Prestamos apoio jurídico, social, psicológico e no âmbito da integração, através do apoio direto, gratuito a requerentes e beneficiários de proteção internacional em Portugal. Tal como descrito no presente relatório, as áreas de intervenção do CPR são abrangentes, incluindo também a informação e sensibilização para os direitos humanos, particularmente para o direito de asilo.

O CPR gere três centros de acolhimento: dois centros dedicados a requerentes espontâneos/as e um centro especializado para crianças não acompanhadas, bem como a creche e jardim de infância, Espaço A Criança.

Em 2025, apesar das dificuldades financeiras e de um contexto particularmente desafiante, este Conselho continuou a prestar um conjunto de serviços diversificados aos requerentes e beneficiários de proteção internacional procurando dar resposta às principais necessidades dos requerentes e beneficiários de proteção internacional que apoiámos:



A Proteção Internacional – preocupações e desafios

De acordo com o UNHCR, no final de 2025 ¹, 119,3 milhões de pessoas encontravam-se deslocadas à força devido a perseguições, conflitos, violência ou violações generalizadas de Direitos Humanos. Com efeito, uma análise mais aprofundada do número acima referido é reveladora da grave situação humanitária vivida por milhões de pessoas em todo o mundo:

- ✓ 41,6 milhões de refugiados, dos quais 35,6 milhões se encontram sob o mandato do UNHCR e 6 milhões de Palestinos sob o mandato da United Nations Relief and Works Agency for Palestine Refugees in the Near East (UNRWA);
- ✓ 9 milhões de Requerentes de Proteção Internacional;
- ✓ 68,7 milhões de Deslocados Internos.

Com efeito, em todos os continentes coexistem conflitos armados e crises humanitárias, provocando deslocamentos forçados. Para milhões de pessoas não existe alternativa senão fugir da guerra, de perseguições e de sistemáticas violações de direitos humanos.

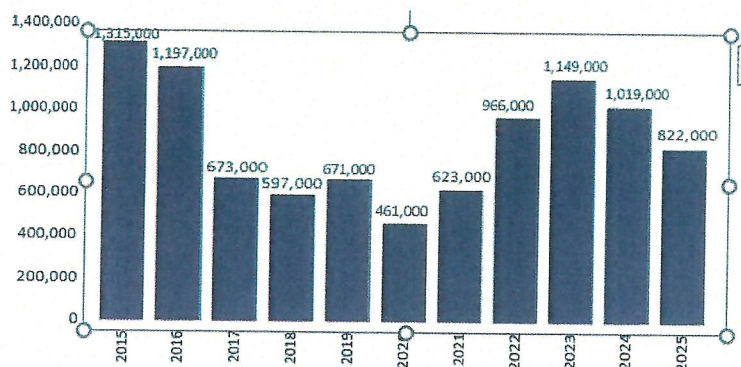
Na Europa o número de requerentes de proteção internacional tem vindo a decrescer nos últimos anos. Em 2025, registaram-se 822 000 pedidos de proteção internacional.

¹ UNHCR – The UN Refugee Agency (2026). Global Trends- Forced Displacement in 2025. New York: UNHCR.

Handwritten signatures and initials in blue ink.



Gráfico 1 - Pedidos de Proteção Internacional nos países da UE, 2015-2025

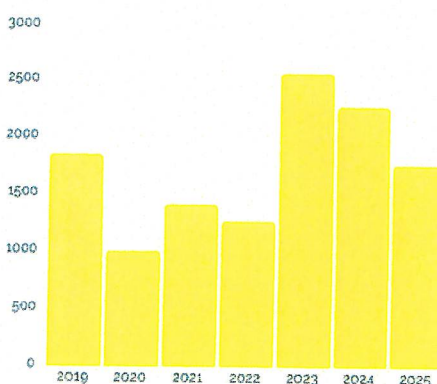


Source: EUAA EPS data as of 3 February 2026.

Em Portugal, continuamos a viver uma realidade bem diferente. Com efeito, em 2025, foram comunicados pela AIMA (Agência para a Integração, Migrações e Asilo) ao CPR 1759² pedidos de proteção internacional. Nos últimos onze anos a média foi de 1,517 pedidos/ano, estimando-se que em 2026 este número seja significativamente inferior.

Portugal, por razões diversas – localização geográfica, política de migração restritiva, etc., continua a ser um dos países da União Europeia que recebe menos pedidos de proteção internacional. A título de exemplo, em Espanha, em 2025, foram apresentados 141035³ pedidos de proteção internacional.

Gráfico 2 - Pedidos de Proteção Internacional em Portugal, 2019-2025



² CPR (2026), *Relatório de Atividades e Impacto 2025*.

³ <https://ec.europa.eu/eurostat/cache/visualisations/asylum-applicants/>

Handwritten signatures and initials in blue ink.



Em Portugal, verificaram-se ainda outras alterações com impacto na operação do CPR:

- Alterações institucionais - concentração de competências no Ministério da Presidência, entrada em funções da AIMA (Agência para a Integração, Migrações e Asilo) e PSP como entidade responsável pelos Postos de Fronteira
- Alterações legislativas e processo de implementação do Pacto para as Migrações e Asilo
- Suspensão da participação nos Mecanismos de Solidariedade

Neste contexto, e sendo uma organização sem fins lucrativos, o CPR tem atravessado diversas crises de tesouraria que resultam essencialmente de atrasos na liquidação por parte do Estado de despesas efetuadas no âmbito do acolhimento e integração de requerentes e beneficiários de proteção internacional. Atualmente o CPR aguarda ainda pela liquidação de despesas por parte da AIMA e do Instituto de Segurança Social (ISS) referentes aos anos de 2023, 2024 e 2025. Acresce que a gestão de financiamentos comunitários, e em particular do principal financiador – FAMI, tem-se revelado igualmente desafiante, com atrasos significativos da Estrutura de Missão Nacional FAMI 2030, no reembolso e aprovação de pedidos de pagamento dos vários projetos em curso ou até já finalizados.

Nos últimos dois anos, o CPR tem procurado desenvolver diversas iniciativas que permitam que este Conselho tenha um financiamento mais regular, e que possam contribuir para a estabilidade da tesouraria, de modo a não colocar em causa a sua operação. Concretamente, o CPR está atualmente a desenvolver uma estratégia com três objetivos concretos: Encontrar financiamentos alternativos, para reduzir a dependência do Estado dos projetos FAMI; Aumentar os donativos de Empresas e pessoas singulares; Estabelecer Protocolos com o Estado que incluam uma retribuição mensal, de forma a minimizar ou eliminar totalmente os atrasos no reembolso de despesas.

A concretização de tais objetivos passa por uma reestruturação interna, com o reforço da equipa de projetos e criação de uma equipa de comunicação e fundraising (em curso), e pro ações com empresas e pessoas singulares, com vista ao aumento dos donativos e sobretudo, da regularidade destes donativos (em curso). Paralelamente, o CPR tem vindo a estabelecer Protocolos de Cooperação e Contratos de Prestação de Serviços com a AIMA e o ISS que visam assegurar o financiamento regular e estável dos principais equipamentos, da equipa técnica e de apoio aos requerentes e beneficiários de Proteção Internacional. Estes Protocolos são acordos



regulares, permanentes, com uma retribuição mensal, o que constituiu uma evolução significativa por comparação aos Protocolos anteriormente estabelecidos com o Estado.

Atualmente, encontram-se em vigor quatro Protocolos com o ISS: Creche/Jardim de Infância “Espaço A Criança”, CARI (Centro de Acolhimento para Requerentes de Proteção Internacional), ApIN (Equipa de Apoio à Integração) e CACR (Casa de Acolhimento para Crianças Não Acompanhados Requerentes de Proteção Internacional), bem como um Protocolo de Cooperação com a AIMA para o acolhimento de requerentes de proteção internacional (em vigor desde janeiro de 2026).



NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

CPR – Conselho Português para os Refugiados
Quinta do Pombeiro, Casa Senhorial Norte
Azinhaga do Pombeiro, s/n
1950-183 Lisboa

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 - As demonstrações financeiras anexas foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) previstas pelo Sistema de Normalização Contabilística (SNC) aprovado pelo Decreto-lei n.º 158/2009 de 13 de julho com as retificações da Declaração de Retificação n.º 67-B/2009 de 11 de Setembro e com as alterações introduzidas pela Lei n.º 20/2010 de 23 de agosto, com a redação dada pelo Decreto-Lei nº98/2015 de 2 de junho:

- Bases para a apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria nº218/2015 de 23 de julho;
- NCRF-ESNL – Aviso nº8259/2015 de 29 de julho;
- Normas Interpretativas (NI).

2.2 - O conteúdo das contas das demonstrações financeiras é comparável com o do ano anterior.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas pelo CPR na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:



3.1 – BASES DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas de acordo com as bases de apresentação das demonstrações financeiras (BADF) aprovadas pelo Decreto-Lei nº36-A/2011 de 9 de março com a redação dada pelo Decreto-Lei nº98/2015 de 2 de junho.

3.1.1. - PRESSUPOSTO DA CONTINUIDADE

Com base na informação disponível e expectativas futuras, o CPR continuará a operar no futuro previsível, assumindo não haver a intenção nem a necessidade de liquidar ou reduzir consideravelmente o nível das suas operações.

3.1.2. – PRESSUPOSTO DO ACRÉSCIMO

Os elementos das demonstrações financeiras são reconhecidos logo que satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento.

3.1.3.- CONSISTÊNCIA DE APRESENTAÇÃO

A apresentação e classificação de itens nas demonstrações financeiras está consistente de um período para o outro.

3.1.4. - MATERIALIDADE E AGREGAÇÃO

A materialidade depende da dimensão e da natureza da omissão ou do erro, ajuizados nas circunstâncias que os rodeiam. Considera-se que as omissões ou declarações incorretas de itens são materialmente relevantes se puderem, individual ou coletivamente, influenciar as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Um item que não seja materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada na face das demonstrações financeiras pode, porém, ser materialmente relevante para que seja apresentado separadamente nas notas do presente anexo.



As demonstrações financeiras resultam do processamento de grandes números de transações ou outros acontecimentos que são agregados em classes de acordo com a sua natureza ou função. A fase final do processo de agregação e classificação é a apresentação de dados condensados e classificados que formam linhas de itens na face do balanço, na demonstração dos resultados, na demonstração de alterações no fundo patrimonial e na demonstração de fluxos de caixa ou no anexo.

3.1.5. - COMPENSAÇÃO

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos, não são compensados exceto quando tal for exigido ou permitido por uma NCRF. Assim, o rédito deve ser mensurado tomando em consideração a quantia de quaisquer descontos comerciais e abatimentos de volume concedidos pela Entidade. A Entidade empreende, no decurso das suas atividades ordinárias, outras transações que não geram rédito, mas que são inerentes às principais atividades que o geram. Os resultados de tais transações são apresentados, quando esta apresentação reflita a substância da transação ou outro acontecimento, compensando qualquer rendimento com os gastos relacionados resultantes da mesma transação.

Os ganhos e perdas provenientes de um grupo de transações semelhantes são relatados numa base líquida, por exemplo, ganhos e perdas de diferenças cambiais ou ganhos e perdas provenientes de instrumentos financeiros detidos para negociação. Estes ganhos e perdas são relatados separadamente se forem materialmente relevantes.

3.1.6. - INFORMAÇÃO COMPARATIVA

A informação está comparativa com respeito ao período anterior para todas as quantias relatadas nas demonstrações financeiras. A informação comparativa foi incluída para a informação narrativa e descritiva quando é relevante para uma compreensão das demonstrações financeiras do período corrente, a menos que uma NCRF o permita ou exija de outra forma.

A informação narrativa proporcionada nas demonstrações financeiras relativa a períodos anteriores que continua a ser relevante no período corrente é divulgada novamente.

3.2. – POLÍTICAS DE RECONHECIMENTO E MENSURAÇÃO



3.2.1.– ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os *ativos fixos tangíveis* são inicialmente registados ao custo de aquisição, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida.

Os ativos fixos tangíveis são apresentados pelo respetivo valor líquido de depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As depreciações destes ativos são calculadas segundo o método das quotas constantes, utilizando para o seu efeito as taxas definidas no D/L 25/2009 de 14/09.

O processo de depreciação inicia-se no começo do exercício em que o respetivo bem entrou em funcionamento.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no período em que são incorridas.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transação ou a receber e a quantia escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

Os ativos fixos tangíveis são depreciados em quota anual durante as vidas úteis estimadas:

Edifícios e outras Construções	50 anos
Equipamento básico	3 a 10 anos
Equipamento de transporte	4 anos
Equipamento administrativo	1 a 8 anos
Ferramentas	5 anos

[Handwritten signatures and initials in blue ink]



CAR I – Localizado na Bobadela, o CPR detém o direito de superfície sobre o terreno, onde está localizado o centro de acolhimento, pelo prazo de 70 anos.

ESPAÇO A CRIANÇA - Localizado na Bobadela, o CPR detém o direito de superfície sobre o terreno, onde está localizado a creche e o jardim de infância, pelo prazo de 70 anos.

CAR II – Localizado em S. João da Talha, o CPR detém o direito de superfície sobre o terreno, onde está localizado o centro de acolhimento, pelo prazo de 70 anos.

CACR e SEDE – Localizado em Lisboa, no Parque da Bela Vista-Quinta do Pombeiro, o CPR detém o direito de superfície sobre o terreno, onde está localizado o centro de acolhimento e o edifício da sede pelo prazo de 50 anos.

3.2.2.– INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Encontram-se registadas as participações nos Fundos de Compensação do Trabalho no montante de 22.346,41€.

3.2.3.– INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica *Caixa e Depósitos à Ordem* inclui o montante disponível em 31.12.2025 em caixa, sendo que o valor de depósitos bancários à ordem consta no *Passivo Corrente* na rubrica *Outros Passivos Financeiros*.

Rúbricas	2025	2024	Var %
Caixa	1 795,89 €	1 857,24 €	-3,30%
Depositos à Ordem	- 24 472,44 €	60 484,15 €	-140,46%
Totais	-22 676,55 €	62 341,39 €	-136,37%

Créditos a receber e outros ativos correntes

Os *Créditos a receber* e *Outros ativos correntes* encontram-se registados pelo seu valor nominal.

Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'pre', 'my', 'ian', and 'R'.



No final de cada período de relato, estas contas são objeto de análise com o objetivo de avaliar a existência de evidência objetiva de imparidade. Sempre que tal evidência exista, é reconhecida a respetiva perda por imparidade.

As perdas por imparidade são reconhecidas na sequência de eventos ocorridos que indiquem, de forma objetiva e mensurável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recuperada. Para o efeito, a Entidade considera informação de mercado que evidencie situações de incumprimento, bem como a informação histórica relativa a saldos vencidos e não recebidos.

Fornecedores e outros passivos correntes

As dívidas registadas em *Fornecedores e Outros Passivos correntes*, são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.4.– FUNDOS PATRIMONIAIS

A rubrica *Fundos Patrimoniais* é constituída por resultados transitados resultante da aplicação dos Resultados Líquidos anuais em conformidade com as disposições estatutárias do CPR, e por outras variações nos fundos patrimoniais referentes aos subsídios ao investimento.

3.2.5– ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

A Entidade, no período em análise, encontra-se isenta de imposto sobre o rendimento relativamente às atividades desenvolvidas no âmbito dos seus fins estatutários, bem como no que respeita a rendimentos de capitais, rendimentos prediais e ganhos de mais-valias.

Encontram-se registadas as contribuições obrigatórias a pagar à Segurança Social e as retenções na fonte de IRS a entregar ao Estado em janeiro de 2026, resultantes do processamento de salários e do pagamento de honorários sujeitos a retenção na fonte referentes aos meses de novembro e dezembro de 2025.



Rubricas	2025	2024	Var %
IRS - Trabalho dependente	36 979,67 €	38 077,11 €	-2,88%
IRS - Empresariais e Profissionais	1 016,40 €	590,63 €	72,09%
Prediais	2 723,96 €	5 761,87 €	-52,72%
Segurança Social	215 678,27 €	116 351,07 €	85,37%
Totais	256 398,30 €	160 780,68 €	59,47%

3.3– PRINCIPAIS FONTES DE INCERTEZAS DAS ESTIMATIVAS

A presente nota refere os principais pressupostos relativos ao futuro considerados na preparação das demonstrações financeiras anexas, os quais podem originar riscos significativos de ajustamentos materiais na valorização de ativos e passivos no período seguinte.

Na preparação das presentes demonstrações financeiras não foram identificados outros pressupostos para além da continuidade das operações, não se identificando fontes de incerteza com impacto significativo na valorização dos ativos e passivos reconhecidos.

4. RÉDITO

A presente nota refere os principais pressupostos relativos ao futuro considerados na preparação das demonstrações financeiras anexas, os quais podem originar riscos significativos de ajustamentos materiais na valorização de ativos e passivos no período seguinte.

O rédito reconhecido encontra-se isento de IVA, ao abrigo do artigo 9.º do Código do IVA.

O CPR reconhece os réditos de acordo com os seguintes critérios:

[Handwritten signatures and initials in blue ink]



Rúbricas	Receitas reconhecidas no período	2025	2024	Var %
Prestação Serviços	Utentes - Espaço a Criança	56 265,82 €	70 210,25 €	-19,86%
	Protocolo Segurança Social - Creche	350 002,61 €	294 326,81 €	18,92%
	Contrato AIMA	- €	555 717,36 €	-100,00%
	Outros	23 800,00 € -	8 820,00 €	-369,84%
Totais		430 068,43 €	911 434,42 €	-52,81%

Prestação de serviços – A 1ª rúbrica respeita às mensalidades pagas pelos utentes do Espaço A Criança;

Subsídios à exploração – subsídios atribuídos ao CPR pelo Estado, bem como por outros Organismos e Entidades.

Em 2025 verificou-se uma redução das receitas em 0,22% em relação a igual período anterior.

A Norma Contabilística e Relato Financeiro tem por base a Norma Internacional de Contabilidade IAS20 – Contabilização dos Subsídios do Governo e Divulgação de Apoios do Governo, adotada pelo Regulamento (CE) nº1725/2003 da Comissão, de 21 de setembro, com as alterações do Regulamento (CE) nº2238/2004 da Comissão de 29 de dezembro.

O CPR reconhece os subsídios relacionados com a exploração, como rendimentos durante os períodos necessários para balanceá-los com os custos ou gastos relacionados pretendidos de compensação, numa base sistemática.

Os subsídios relacionados com ativos (subsídios ao investimento) são reconhecidos diretamente nos Fundos Patrimoniais.

Outros rendimentos – Esta rubrica inclui donativos e donativos em espécie, bem como correções relativas a exercícios anteriores.

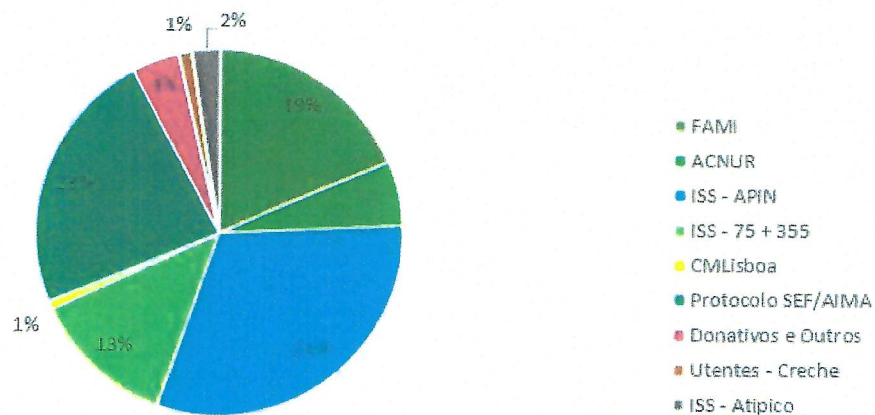
[Handwritten signatures and initials in blue ink]



Subsídios e Outros Rendimentos e Ganhos

	2025	2024	
Donativos	153 897,08 €	138 143,08 €	11,40%
Subsídios à Exploração	4 272 127,84 €	4 299 697,08 €	-0,64%
Outros Benefícios	12 597,26 €	10 513,50 €	19,82%
Total 3	4 438 622,18 €	4 448 353,66 €	-0,22%

Subsídios de exploração e Prestação de Serviços



Verifica-se maior peso das entidades financiadoras AIMA, seguida do FAMI e do ISS.

5.DIFERIMENTOS

Os diferimentos refletem os saldos decorrentes da aplicação do princípio da especialização dos exercícios, incluindo custos e proveitos diferidos, nomeadamente associados à execução de projetos financiados cujo período de execução se prolonga para exercícios seguintes.

Os contratos de subsídio cujas condições já se encontram cumpridas e devidamente recebidos foram reclassificados para a conta 75 – Subsídios à Exploração.

[Handwritten signatures and initials in blue ink]



Anexo 1: Demonstração de Resultados por Naturezas

Anexo 2: - Balanço

6. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

O número médio de empregados do CPR em 2025 é de 96, face a 91 no exercício anterior.

O quadro inclui o valor dos acréscimos de férias e subsídio de férias de 2025, constantes na rubrica Outros passivos correntes do balanço.

Os gastos que o CPR incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Quantias dos gastos reconhecidos no período	2025			2024	
	Gastos reconhecidos no período	Proporção face ao total dos gastos reconhecidos no período	Variação percentual face aos gastos reconhecidos no período anterior	Gastos reconhecidos no período	Proporção face ao total dos gastos reconhecidos no período
Remunerações dos Órgão Sociais	165 133,67 €	6,86%	13,61%	145 356,30 €	5,82%
Remuneração do Pessoal	1 781 879,67 €	73,98%	-8,49%	1 947 100,90 €	77,92%
Encargos sobre Remunerações	417 874,60 €	17,35%	10,76%	377 263,92 €	15,10%
Seguros de Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais	18 686,13 €	0,78%	0,23%	18 642,67 €	0,75%
Gastos de Formação	20 689,26 €	0,86%	555,58%	3 155,86 €	0,13%
Outros Gastos com Pessoal	4 236,53 €	0,18%	-41,83%	7 282,44 €	0,29%
Totais	2 408 499,86 €	100,00%	-3,61%	2 498 802,09 €	100,00%

7. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

[Handwritten signatures and initials in blue ink]



Rúbricas	2025	2024	Var %
Serviços Especializados	214 169,55 €	130 331,56 €	64,33%
Materiais	64 940,72 €	36 602,14 €	77,42%
Energia e Fluidos	161 048,29 €	149 977,98 €	7,38%
Deslocações Estadadas e Transportes	9 292,67 €	12 656,35 €	-26,58%
Serviços Diversos	1 318 044,00 €	1 552 944,15 €	-15,13%
Totais	1 767 495,23 €	1 882 512,18 €	-6,11%

No exercício de 2025, os gastos totais ascenderam a 1.767.495,23 €, representando uma diminuição de 6,11% face a 2024.

Esta evolução resulta essencialmente da redução significativa na rubrica Serviços Diversos, que passou de 1.552.944,15 € para 1.318.044,00 €, bem como da diminuição em Deslocações e Transportes, que se fixaram em 9.292,67 €.

Em sentido inverso, verificaram-se aumentos nas rubricas de Serviços Especializados (214.169,55 €), Materiais (64.940,72 €) e Energia e Fluidos (161.048,29 €).

Globalmente, observa-se uma variação negativa dos gastos totais, com evolução diferenciada entre rubricas.

8. OUTROS GASTOS

Nesta rubrica são registados os principais gastos com utentes, nomeadamente apoio pecuniário, alimentação, alojamento e despesas de higiene, entre outros.

Rúbricas	2025	2024	Var %
Outros Gastos com Utentes	554 846,71 €	821 459,32 €	-32,46%
Totais	554 846,71 €	821 459,32 €	-32,46%

Handwritten signatures and initials in blue ink.



9. PROJETOS E PROTOCOLOS

Durante o exercício de 2025, o financiamento do CPR, à semelhança de exercícios anteriores, continuou a assentar na execução de projetos enquadrados em programas nacionais e europeus e em protocolos de cooperação celebrados com diversas entidades, sendo complementado, de forma residual, por donativos.

Foram igualmente executados projetos e protocolos aprovados ou celebrados em diferentes exercícios, cujos movimentos financeiros se encontram refletidos nas demonstrações financeiras do período.

9.1 PROJETOS

O quadro seguinte apresenta os principais indicadores relativos aos projetos com execução financeira e/ou operacional durante o exercício de 2025:

Indicador	Valor
Projetos com execução	4
Projetos aprovados	2
Projetos concluídos	3
Valor global aprovado	1 115 459,28 €
Financiamento recebido	905 860,92 €

A execução financeira dos projetos decorreu de acordo com as atividades previstas nos respetivos planos aprovados. Contudo, foi condicionada por prazos alargados de análise e processamento dos pedidos de pagamento por parte das entidades financiadoras, refletindo-se em desfasamentos temporais no recebimento das respetivas tranches de financiamento, apesar da regular execução das atividades contratualizadas.

Esta situação teve impacto na gestão de tesouraria da organização, exigindo um acompanhamento contínuo dos fluxos financeiros associados à execução dos projetos.

[Handwritten signatures and initials in blue ink]



Mapa: Anexo 3 – Projetos com execução financeira e/ou operacional em 2025

9.2 PROTOCOLOS

No âmbito da atividade desenvolvida em 2025, mantiveram-se em execução os protocolos de cooperação em vigor, assegurando a continuidade das respostas e serviços previstos nos respetivos instrumentos de cooperação.

A execução decorreu, em termos gerais, de acordo com os objetivos e condições estabelecidos nos respetivos instrumentos de cooperação, contribuindo para a continuidade das respostas desenvolvidas pelo CPR.

O quadro seguinte apresenta os protocolos de cooperação com execução financeira durante o exercício de 2025 e os respetivos valores associados:

Protocolos	Valor recebido em 2025
ACNUR	275 582,00 €
AIMA	1 139 808,48 €
CML	33 751,85 €
ISS APIN	1 512 345,60 €
ISS Atípico	121 985,57 €
ISS CACR	270 808,83 €
ISS EAC	350 002,61 €

10. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

A 31 de Dezembro de 2025 existem dívidas em mora ao setor público, Estado e Segurança Social.

Durante o exercício de 2025 não ocorreram alienações de ativos.

O CPR não detém inventários de mercadorias.



11. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ENTIDADES CONTABILÍSTICAS E ERROS

De acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro 4, que tem por base a Norma de Contabilidade IAS 8 – Políticas Contabilísticas, Alterações nas Entidades Contabilísticas e Erros, adotada pelo Regulamento (CE) nº2238/2004, da Comissão, de 29 de dezembro.

O Resultado Líquido foi de -63.778,93€, representou um decréscimo face ao exercício anterior.

PROPOSTA PARA APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Propõe-se que o Resultado Líquido do exercício, no montante de -63.778,93€, seja transferido para a rubrica Resultados Transitados.

[Handwritten signatures and initials in blue ink]



AGRADECIMENTOS

Agradecemos a dedicação, o compromisso, o esforço e a união de Todos ao longo deste ano repleto de desafios e conquistas. Continuaremos, lado a lado, a crescer, a melhorar e a cumprir a nossa Missão, sempre com o mesmo espírito de colaboração e empenho.

A Direção:

Presidente – Mónica d'Oliveira Farinha Mónica d'Oliveira Farinha

Vice-Presidente – Tito Campos Matos Tito Campos Matos

Vogal – Rita Pimenta Rita Pimenta

Vogal – Paula Morais Paula Morais

Vogal – Jorge Malheiros Jorge Malheiros



ANEXOS

que.
mf *gr*
sp *11*



Anexo 1- Demonstração de Resultados por Naturezas



CONSELHO PORTUGUÊS PARA OS REFUGIADOS

Demonstração individual dos resultados por naturezas a 31 de dezembro de 2025

Valores em Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		31/12/2025	31/12/2024
Serviços prestados	4	430 068,43	911 432,42
Subsídios à exploração	4	4 272 127,84	4 299 697,08
Fornecimentos e serviços externos	7	(1.767.495,23)	(1.882.512,18)
Gastos com o pessoal	6	(2.432.880,16)	(2.490.640,28)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)			
Outros rendimentos	4	166 494,34	148 656,58
Outros gastos	8	(563.786,88)	(849.416,79)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		104 528,34	137 216,83
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		(163.648,73)	(165.882,46)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(59.120,39)	(28.665,63)
Juros e rendimentos similares obtidos			
Juros e gastos similares suportados		(4.658,54)	(8.161,81)
Resultado antes de impostos			
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		(63.778,93)	(36.827,44)

0 Contabilista Certificado

Teresa Almeida
cc: 70605

Winning
scientific management

A Direcção

Márcia d'Oliveira Fariello
José Carlos do Amaral e Silva
Rita A. L.
João A. L.
Paulo A. L.



Anexo 3 – Projetos com execução financeira e/ou operacional 2025

Programa/Entidade Financiadora	Projeto	Ano de Aprovação	Período de Execução	Valor Aprovado	Execução financeira reportada em 2025	Financiamento recebido em 2025	Estado
FAMI	FAMI-00401100 (IMPACT)	2024	01/01/2024 a 30/04/2025	1 787 547,97 €	1 060 823,48 €	347 222,16 €	Concluído
FAMI	FAMI-01177100 (LCCI)	2024	01/01/2024 a 31/12/2025	281 610,03 €	164 680,04 €	162 129,41 €	Concluído
FAMI	FAMI-02729500 (ADRI)	2025	01/05/2025 a 31/12/2025	908 610,44 €	464 408,98 €	396 509,35 €	Concluído
FAMI	FAMI-03160000 (CAC)	2025	01/10/2025 a 30/09/2026	206 848,84 €	0,00 €	0,00 €	Em Execução
EDP SOLIDÁRIA	EDP SOLIDÁRIA	2023	17/11/2023 a 30/06/2026	75 000,00 €	0,00 €	0,00 €	Em Execução

Tusemuniuf

cc. 7605

Winning
scientific management

Maria c' Oliveira Ferreira
Tipo novo do cubo expresso
Rita J. P.
Joy Kelly
Paul J. J.



CPR

CONSELHO PORTUGUÊS PARA OS REFUGIADOS

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhoras Associadas,
Senhores Associados,

Em cumprimento dos preceitos legais e estatutários vimos apresentar relatório referente à acção fiscalizadora por nós exercida no Conselho Português para os Refugiados (CPR), bem como parecer relativo ao Relatório e Contas durante o período findo em 31 de dezembro de 2025.

Temos vindo a acompanhar regularmente as actividades deste Conselho, tendo recebido por parte da Direcção a melhor colaboração e o apoio necessário para o desempenho das nossas funções.

Analisámos, ainda, o Relatório de Gestão e Contas que nos foram submetidas para apreciação, tendo concluído pela sua conformidade com a lei e com os estatutos.

Nestes termos, emitimos parecer no sentido da aprovação do Relatório de Gestão e as Contas referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2025.

Lisboa, 10 de julho de 2026

O Conselho Fiscal

Presidente:

Dra. Armanda Martins

Vogal:

Dra Fernanda Fragoso

Vogal:

Dr. João Vasconcelos